

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIEIRA, Maria Auxiliadora Jacobina. Maria Auxiliadora Jacobina Vieira (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Auxiliadora Jacobina Vieira  
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

**Levantamento de dados:** Sérgio Lamarão;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Sérgio Lamarão;

**Técnico de gravação:** Clodomir Oliveira Gomes;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 09/11/2005

**Duração:** 1h 30min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha da entrevistada se justificou por ser Diretora do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC).

**Temas:** Alcool; Anos 1980; Conselho Nacional do Petróleo; Exploração de petróleo; Governo Fernando Collor (1990-1992); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Itamar Franco (1993-1994); Indústria petroquímica; Legislação; Monopólio; Petrobras; Petróleo; Recursos naturais; Reforma administrativa;

## *Sumário*

*Entrevista: 09.11.2005*

Fita 1-A: A especialização da entrevistada em preços de derivados de petróleo; o trabalho na Superintendência de Distribuição da Petrobras em São Paulo; a relação com os órgãos do governo na década de 1980; a relação com Wilter Fantinatti; as disputas de hegemonia entre a Petrobras e Conselho Nacional do Petróleo (CNP); os variados motivos do esvaziamento funcional do CNP; a relação do CNP com o Ministério da Fazenda nos estudos de preço; a equalização dos preços da gasolina e diesel; os impactos do Proálcool.

Fita 1-B: O investimento da Petrobras no Proálcool; o contato do CNP e da Petrobras com os ministérios do governo; o trabalho na Petrobras Distribuidoras; o convite para o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC); os impactos da reforma administrativa durante o governo Fernando Collor de Melo; a problemática do abastecimento de álcool no Brasil; a estruturação do DNC; as atribuições da entrevistada no DNC; a proposta de desregulamentação do mercado; a fiscalização da qualidade dos produtos pelo DNC; a troca de ministros durante finais do governo Collor; a demissão do DNC no governo Itamar Franco; a desorganização do setor público no ramo petrolífero.

Fita 2-A: O processo de desregulamentação realizado enquanto presidente do DNC; avaliação do CNP para a abertura de um posto; a flexibilização do preço dos combustíveis; os impactos da desqualificação do preço dos derivados de petróleo; a questão do GLP e a disputa empresarial; a ruptura da política de Collor durante o governo de Itamar Franco; sugestões de figuras importantes na história do ramo petrolífero.

*Entrevista: 09.11.2005*

Sérgio Lamarão – Dra. Auxiliadora, nós já fizemos alguns contatos por telefone e eu já deixei mais ou menos claro para a senhora que esse projeto, como eu acabei até de dizer, ele tem esse objetivo, de reconstituir a história do petróleo no Brasil traçando a linha de continuidade do CNP. Porque o que acontece, a senhora deve saber, quando a Petrobras é criada, o CNP cai no limbo.

Maria Auxiliadora Vieira – Exatamente.

S.L. – Ele fica muito escondido, não é? Depois ele é extinto, no início do governo Collor, e ele é substituído por um órgão que nós não sabíamos nem que existiu...

M.V. – É mesmo?

S.L. – Nós, aqui, nós não sabíamos. Nós imaginávamos que tivesse havido um hiato entre o CNP e a ANP. Aí que nós fomos ver que houve uma continuidade, representada pelo DNC (Departamento Nacional de Combustíveis), que foi o sucessor do Conselho, não é?

M.V. – É.

S.L. – Então, a senhora, como primeira diretora do DNC, a senhora é uma entrevistada importante, exatamente para tentar dar conta para nós dessa passagem, já que a senhora foi também... a senhora teve uma atuação no CNP, como representante da Petrobras. Aí eu queria que a senhora esclarecesse isso e falasse um pouquinho da sua trajetória. A senhora, aqui no seu currículo... a senhora acaba se especializando em preços, preços de combustíveis.

M.V. – Critérios de formação de preços de derivados de petróleo em geral.

S.L. – Que dizer, então isso tem a ver com a sua escolha para a chefia do DNC, não é?

M.V. – Certamente. Aliás, eu acho que foi determinante.

S.L. – Então, vamos conversar um pouquinho, falar um pouquinho sobre isso.

M.V. – É, como eu falei aí, eu entrei na Petrobras como datilógrafa, não é? Depois eu fiz um concurso que era interno e externo, pulei até uma escala na carreira, e aí passei para outras atividades: passei para atividades na área de suprimento, de suprimento que não é de material. O que nós chamávamos na época de suprimento lá era de combustíveis. Era o abastecimento. Na verdade, era o abastecimento. Era a programação de abastecimento de derivados de petróleo para o Brasil.

S.L. – Para os postos ou para aqueles...?

M.V. – Não, para as bases.

S.L. – Para as bases de suprimento.

M.V. – É. Então, trabalhei um tempo. Depois eu fui para São Paulo, por questões particulares, e a Petrobras tinha dois órgãos em São Paulo: um escritório regional, que além de fazer a parte política, porque São Paulo era importante e sempre tinha um escritório para fazer a parte política, fazia também compras de material, e tinha um outro órgão, que era do mesmo departamento onde eu trabalhava, que era de distribuição de derivados de petróleo. Antes de se criar a Petrobras Distribuidora, tinha, no departamento em que eu trabalhava, que era o Departamento Comercial, tinha uma Superintendência de Distribuição, que foi o embrião da Petrobras Distribuidora. Então, eu fui trabalhar no distrito de São Paulo, nessa Superintendência de Distribuição lá, ainda dentro do mesmo departamento. Fiquei lá...

S.L. – Foi esse órgão, doutora, que foi responsável pela inauguração do primeiro posto da Petrobras, não é? Porque antes de haver a...

M.V. – É, antes de haver já tinha...

S.L. – Já tinha postos, não é?

M.V. – Já tinha postos, mas era antes até de ter essa departamentalização. A Petrobras foi departamentalizada na década de 60, mas eu não me lembro mais em que ano foi.

S.L. – Eu acho que foi em 65.

M.V. – Foi, não é? Antes disso já existia o Escritório de Distribuição de Petróleo...

S.L. – Ah! É esse escritório.

M.V. – ...e existia o Escritório de Comercialização de Petróleo. Com a departamentalização, fundiu os dois. Então, esse primeiro posto deve ter sido desse Escritório de Distribuição. Quando eu fui, já era departamentalizado e era uma superintendência desse departamento. Mas foi numa época de grande expansão – a meta até lá era um posto por dia. E realmente era assim que acontecia, todo dia tinha uma inauguração de posto. Era uma loucura aquilo! Então, eu trabalhei lá nessa época. Depois, ainda por questões particulares, chegou a hora de eu voltar. E a minha volta coincidiu com a criação da Petrobras Distribuidora. Então, eu nem cheguei a trabalhar na subsidiária. Foi bom para mim porque a minha volta coincidiu com o momento em que eu teria que optar. Se eu quisesse ficar em São Paulo, eu tinha que passar para a subsidiária. E naquela época a subsidiária era alguma coisa assim, que ninguém queria. Eu preferia trabalhar na própria *holding*. Aí deu tudo certo, eu voltei. Quando eu voltei, aí eu fui para a Divisão de Planejamento deste mesmo departamento, que era a que cuidava dos preços da Petrobras. Foi lá então que eu comecei a me enfronhar e a desenvolver... Me enfronhar com o que já tinha com a própria legislação e, depois, desenvolver critérios para produtos novos que iam chegando.

S.L. – O seu curso superior, a senhora fez nesse momento?

M.V. – Não, eu já tinha feito uma parte antes; depois, quando eu fui para São Paulo, interrompi e quando voltei, concluí. Então, esse setor era um setor só para tratar de preços. Então, eu fui, e pouco tempo depois eu passei a chefiar esse setor. Mais tarde essa coisa cresceu tanto que virou uma divisão, e aí passou a ter dois setores. Por quê? Produtos novos

foram surgindo, a petroquímica entrou, e só a petroquímica já exigia estudos e mais estudos, porque a nafta tinha subsídio, o gás tinha subsídio, era uma luta aquilo! Então, era um tal de estudo para lá, estudo para cá. Enfim, para você ter uma idéia, só de parafina nós tínhamos mais de 400 preços. De um produtinho para velas. [risos] Chegamos a ter mais de 400 preços. E nessa época nós ainda não tínhamos os PCs, não é? Era tudo computador de grande porte. Então, a maior parte das coisas nós fazíamos mesmo na máquina HP.

S.L. – Na máquina de calcular.

M.V. – HP para lá e para cá. Bom, aí virou uma divisão, e eu passei a chefiar a divisão. Então, nos últimos dez anos em que eu estive na Petrobras...

S.L. – Que foram os anos 80, não é?

M.V. – É, foram os anos 80. [Nessa época] eu tinha um contato muito estreito com os órgãos do governo, CNP e Ministério da Fazenda principalmente. Toda semana eu ia a Brasília. Praticamente toda semana eu ia a Brasília. E aí acaba você entrando em outras coisas. Não era só preço. Você tinha que estudar o Proálcool, sempre eu tinha que ir como representante da Petrobras nos estudos do Proálcool. Eram estudos de viabilização. Porque era também uma eterna briga do subsídio do Proálcool, porque a Petrobras arcava com uma boa parte disso. Então, sempre esses assuntos estavam sendo levantados. Foram vários grupos de avaliação do Proálcool. Tinha um outro grupo, que era para estudar alguma coisa referente ao gás natural. Então, em qualquer coisa que implicasse custou ou preço, eu estava sempre como representante da Petrobras. E tinham outros, podia ter outros representantes, mas também eu sempre estava.

S.L. – Mas a senhora estava sempre presente.

M.V. – Então, esse meu contato com a... Com o Motoky. Eu conheci o Motoky por causa dos preços. O Motoky era o assessor do ministro Delfim...

S.L. – É, ele foi assessor.

M.V. – ...para cuidar dos preços da Petrobras. De energia.

S.L. – No Ministério da Fazenda.

M.V. – No Ministério da Fazenda. No Ministério do Planejamento também, eu acho. Eu já nem me lembro. É, talvez na Fazenda.

S.L. – É, depois eu tenho de ver, porque eu também não sei de cabeça quando que ele foi..

M.V. – Eu não me lembro mais. Então, foi nessa época que eu conheci o Motoky, e também conheci alguns diretores do CNP, ainda no tempo do general Oziel. Uma figura imponente. Já ouviu falar no general Oziel?

S.L. – Sim, ele é...

M.V. – Muito grande, muito respeitável...

S.L. – Ah, é!? Ele era um homem...?

M.V. – Era enorme!

S.L. – Ah, é?

M.V. – Ele era muito alto.

S.L. – Corpulento?

M.V. – Corpulento. E...

S.L. – Ele... Só uma breve interrupção, ele faleceu?



M.V. – Eu acredito que sim porque ele já era bem idoso naquela época. E ele não era do tipo do general França, que é atleta. Ele não era assim. Ele era um senhor realmente. Eu fui a algumas reuniões de plenário...

S.L. – Do CNP.

M.V. – É, porque quando tinha assunto de interesse da Petrobras ela podia participar. Não tinha voto mas podia. Estava lá para esclarecer. E eu me lembro de uma reunião – eu não me lembro qual era o assunto, eu acho que nem era assunto da Petrobras – os conselheiros todos discutindo, discutindo, discutindo... Isso aqui... Você vai gravar?

R.L. – Depois, na hora que você quiser, você pode...

M.V. – E o general Oziel sentado na cabeceira. Era uma mesa assim, tipo ferradura, e ele sentado lá na cabeceira, com o olho fechado – você tinha impressão que ele estava dormindo – e aquela discussão para lá e para cá. Aquilo demorou bastante tempo. Daqui a pouco ele faz assim: [batendo na mesa] "Está decidido, é isso, isso e isso." Aí, silêncio, ninguém dizia mais nada. Era assim o general Oziel. Era muito interessante.

S.L. – Muito interessante! [risos]

M.V. – Depois do general Oziel eu acho que foi o general França.

S.L. – Foi ele.

M.V. – Foi ele, não é?

S.L. – Foi o França.

M.V. – O general França era outro tipo, muita farra, risonho...

S.L. – É, nós estivemos com ele lá em Brasília. Depois do general França fui eu. Então, eu tinha muito contato, sim, com a área de preços, que era o diretor Fantinatti...

Regina Luz – Fantinatti. Esse é que faleceu, não é?

S.L. – Pois é, como é esse nome? Como é a grafia desse nome?

M.V. – Wilter, W-I-L-T-E-R, Fantinatti, com dois T.

S.L. – Imagino que do italiano, não é? F-A-N-C-I...

M.V. – Não, T-I.

S.L. – Fantinatti. O segundo T é duplo. É, porque na entrevista do Paulo Motoky ele fala muitas vezes no Fantinatti.

R.L. – É, inclusive ele disse que seria uma pessoa muito interessante para nós entrevistarmos, caso...

S.L. – É, se não tivesse falecido.

M.V. – Quando eu fui para Brasília ele já tinha falecido. Não, ele foi à minha posse. Ele foi à minha posse. Ele faleceu depois. O Fantinatti era uma figura muito interessante. O Fantinatti conhecia toda a história do petróleo. O Fantinatti participou de toda a elaboração da legislação, portarias, tudo. Ele era uma enciclopédia ambulante em termos de Conselho Nacional de Petróleo e de petróleo como um todo. E uma pessoa muito afável, uma pessoa competente. Muito interessante o Fantinatti. E, realmente, era o diretor de Preços, então tudo convergia para ele.

R.L. – Certo. E isso também explicaria até o seu contato maior com ele, não é?

M.V. – É, com ele.

S.L. – Quer dizer então – retomando até aquele ponto do depoimento – esse esvaziamento do CNP, a partir da criação da Petrobras... Nós fizemos uma periodização e até nós comentamos com os depoentes para ver o que eles acham. Quer dizer, o CNP é criado, em 38, ele tem os primeiros quinze anos sozinho, atuando em todas as frentes...

M.V. – Com as refinarias, com...

R.L. – O palco é só dele, não é?

M.V. – É só dele.

S.L. – É, explorando petróleo no Recôncavo, inaugurando Mataripe, construindo Cubatão, formando a Fronape. Aí a Petrobras entra em cena e ele vai para um segundo plano. Ele reage um pouco a isso, até 64. Os dez primeiros anos da Petrobras, que correspondem aos... do décimo sexto ao vigésimo quinto ano do CNP, é um período de queda-de-braço entre os dois, com a Petrobras já levando vantagem, vamos dizer assim, porque a Petrobras tinha...

R.L. – Eu acho que a Petrobras se fortaleceu realmente muito com o governo militar.

S.L. – É, com o regime militar. Era isso...

M.V. – E especialmente na era Geisel.

R.L. – Sim.

M.V. – Eu acho que o Geisel... Quer dizer, já vinha. Os presidentes de uma forma geral vinham fortalecendo a Petrobras mas eu acho que o Geisel...

S.L. – Como ex-presidente da Petrobras...

M.V. – Não, o Geisel presidente da Petrobras.

S.L. – Aí é antes de ser presidente da República.

M.V. – Antes de ser presidente da República ele foi presidente da Petrobras. Eu acho que, na minha percepção, ele fortaleceu muito a empresa. Primeiro, por quem ele era, uma figura muito forte e muito respeitada, e segundo que naquela época todo mundo já especulava que ele seria o presidente da República. Eu acho que ninguém negaria nada a ele. Então, eu acho que... E pela visão mesmo que ele tinha. Ele fortaleceu muito a empresa.

S.L. – Aí, em 75, o general Oziel assume, fica dez anos – é uma era Oziel no CNP – e depois, já no governo Sarney, mantendo a tradição de militares sempre na chefia do CNP, não só na presidência como nas diretorias.

M.V. – Ah, sim! As diretorias é por uma outra razão, não é? Porque, na verdade, não foi só o crescimento da Petrobras que esvaziou o CNP. Ou, talvez, o crescimento da Petrobras seja prioritário nesse esvaziamento, mas têm outros fatores do lado do próprio governo. Quer dizer, do tempo que eu estive em contato mais estreito com o CNP, a legislação... Eu não sei se o Motoky já lhe falou da legislação.

S.L. – De alguma coisa.

M.V. – A legislação, primeiro tinha a Lei 4452, depois tinha o Decreto nº 1.599, que foi feito para... Na verdade, quando a Petrobras entrou, ela encontrou uma estrutura de preços baseada em custos de três refinariinhas de particulares. Isso para a Petrobras foi muito bom, porque ela tinha ganhos de escala enormes, então ela tinha um preço maravilhoso. Até que em... É 1.599 mas eu não me lembro o ano.

S.L. – Do decreto, não é?

M.V. – É. Aí se estabeleceu um preço em cima dos custos da Petrobras. Ajustou-se isso. E os custos desses particulares eram maiores. Aí se criou todo um mecanismo de compensações, que já existia na Lei 4452 através das alíneas. A alínea a era para custo, digamos, de

transporte; a alínea b era para a adição de álcool à gasolina; a alínea c eu acho que era produtos de aviação, e a alínea d – eu acho que era a d – era para sustentar as atividades do CNP. Então, quando você vendia uma gasolina, automaticamente, quando chegava no fim do mês a Petrobras já fazia aquele mapa: tanto para o CNP... Como é hoje com o *royalty*. E o CNP, como autarquia, tinha a sua receita própria nos derivados de petróleo.

S.L. – Era a única fonte de receita do CNP?

M.V. – Que eu saiba, era.

S.L. – É?

M.V. – É, eu acho que era. Na era Delfim, ele resolveu unificar todos os orçamentos e acabou a fonte do CNP. E aí também houve uma mudança na legislação. Ou, aliás, não foi nem na legislação. Naquela época você contornava, não é? Então, a nova legislação ainda previa alíneas a, b, c e d, mas foi, em paralelo, criada a tal de FUP, Frete de Uniformização de Preços, que é uma parcela, um colchão que a Petrobras arrecadava, e os processos de ressarcimento – já ouviu falar nisso?

S.L. – Não, não. Tudo o que a senhora está falando é extremamente novo.

R.L. – É novidade para nós.

M.V. – Então, vamos lá. Você tinha preços equalizados... Eu não me lembro mais as datas, mas você tinha os preços equalizados no país: comprando no Acre ou aqui em Duque de Caxias o preço era o mesmo para o consumidor. Os custos não eram. Dentro disso, no mínimo você tinha os fretes para chegar até lá.

S.L. – No mínimo.

M.V. – Você tinha os fretes. E tinha também diferença de temperatura. Tinha outros custos que precisavam ser cobertos. Tudo isso era coberto por essas alíneas a, b, c e d. Então, isso ia

para o CNP, as distribuidoras que vendiam faziam o levantamento disso e mensalmente apresentavam ao CNP o pedido de ressarcimento desses custos. O CNP autorizava, e tinha esses fundos, alínea a, alínea não sei o quê, com o qual ele pagava. Quando se mudou essa situação, tiraram essas alíneas, elas não iam mais para o Tesouro, e substitui-se pelo FUP, Frete de... O nome era Frete de Uniformização de Preços, mas na verdade...

S.L. – Frete?

M.V. – O nome da parcela era esse, mas ela cobria muito mais que o frete. Ela cobria o custo do petróleo para as refinarias privadas, cobria o custo do petróleo para a Petrobras. Custo que eu digo é o custo acima daquele que estava na estrutura de preços. Então, por exemplo, hoje, digamos que o petróleo esteja a 60, se fosse naquela época a Petrobras talvez estivesse com 30 na estrutura de preços. Essa outra diferença tinha que ser coberta por esse fundo. E esse fundo ficou com o nome de FUP. E aí ele não transitava mais pelo Tesouro. Porque quando ele transitava tinha muita demora, atrasava os pagamentos. Então, aquilo ficava dentro do caixa da Petrobras...

R.L. – Ou seja, ela ficava com um capital de giro.

M.V. – Não ficava muito.

R.L. – Não?

M.V. – Não ficava muito. Aquilo entrava e saía, entendeu?

S.L. – Era muito rápido.

M.V. – É. Para ficar era necessário que o prazo que ela dava para as distribuidoras fosse bem menor do que o prazo que ela tinha para pagar. Na verdade, mais ou menos se compensava. Ficava um pouquinho sim, mas não muito, não. Não ficava muito, não. Aliás, ela dava nessa época 30 dias de prazo para a distribuidora. A distribuidora entrava, o CNP mandava e ela pagava quase imediatamente. Depois ela foi reduzindo esse prazo e ficou muito asfíxiado

mesmo. Então, esse dinheiro saiu da mão do CNP. E como é que ficou o CNP então? Recebia os processos das distribuidoras, e os da Petrobras também eram todos mandados para lá, ele analisava...

S.L. – Quando a senhora fala distribuidora são: Esso, Shell, Atlantic...

M.V. – Esso, Shell, a Ipiranga...

S.L. – A Ipiranga também.

M.V. – Todas elas.

S.L. – A Texaco.

M.V. – A Texaco... E os da Petrobras também, que incluíam petróleo e álcool e fretes da Fronape. Fazia-se todo mês aquele relatório, ia para o CNP, o CNP analisava e mandava uma cartinha para a Petrobras: "Pague tanto para a Esso, pague tanto para a Shell, para a Petrobras Distribuidora e tanto para a própria Petrobras." Dos processos da Petrobras. "Pague a Manguinhos, pague a Ipiranga." Então, a Petrobras ficou com esse... Ele ficou com o caixa do CNP. O dinheiro estava lá na conta dela mas não era dela. Era um dinheiro que ela só podia utilizar por ordem...

S.L. – Para aqueles... Por ordem do CNP.

M.V. – Por ordem do CNP. E isso contribuiu para diminuir o poder do CNP. Mas eu acho que o pior de tudo foi que a tal alínea que dava recurso para ele zerou.

S.L. – A alínea d.

M.V. – Então, ele entrou no orçamento da União como qualquer outro. Ele ficava lá de pires na mão pedindo o dinheirinho. Isso acabou com o CNP. Acabou com o poder do CNP.

S.L. – Isso foi antes do CNP ir para Brasília?

M.V. – Não, já foi em Brasília.

S.L. – Então foi anos 70 já. Foi iniciozinho...

M.V. – Anos 70 ou 80.

S.L. – Foi nessa década.

M.V. – Foi na época Delfim.

S.L. – É, eu vou dar uma olhada. Ele como ministro da Fazenda.

M.V. – Certamente.

S.L. – Certamente. A gente vê isso. Porque o CNP foi para Brasília em 70, se não me engano.

M.V. – Isso eu não me lembro.

S.L. – É.

M.V. – Isso que eu estou lhe falando talvez até tivesse sido mesmo na década de 80, na primeira metade da década de 80.

R.L. – Governo Figueiredo.

M.V. – Não, já foi... Quando você disse que... Posso chamar de você?

S.L. – Pode. Eu vou chamar você de você, hein? [riso]

R.L. – Fica mais fácil para todo mundo.



M.V. – É lógico. Porque esse negócio de senhor e senhora... Mas veja, quando é que o general França assumiu?

S.L. – Em 85.

M.V. – Foi na fase dele já.

S.L. – Ah, é!?

M.V. – Essa parte da alínea eu acho que já foi na fase dele.

S.L. – Ah, então já é governo Sarney! Já é a Nova República.

M.V. – Mas não tinha Delfim?

S.L. – No governo Sarney não tinha Delfim. Teve Delfim no governo...

R.L. – Figueiredo.

M.V. – Figueiredo. Teve Delfim no início do regime militar...

M.V. – Porque o Delfim teve a Agricultura, teve o Planejamento e teve a Fazenda.

S.L. – Teve. E eu fico meio confuso. Mas nós temos aqui todas essas informações.

R.L. – É, foi uma época que ele deu um "chega para lá" no Simonsen. Não foi no governo Figueiredo?

S.L. – Foi no Figueiredo, que ele saiu da Agricultura e foi para ao Planejamento.

R.L. – Sai da Agricultura e vai para o Planejamento.

M.V. – E quem era o ministro da Fazenda do Sarney?

S.L. – Mais de um com toda certeza. Do Sarney, mais de um. O Ernane Galvêas foi ministro do Figueiredo. Poderoso ministro.

M.V. – É, eu me lembro bem. Pois é, porque o Motoky articulava isso. Quem era o ministro sobre o Motoky nessa época?

S.L. – Porque a impressão que eu tive da entrevista do Motoky é que ele acaba ficando muito colado com o Delfim, não é?

M.V. – Depois?

S.L. – Quer dizer, o Delfim muda de ministério e ele... Para onde o...

M.V. – Pois então, essa coisa dessa articulação dessa FUP foi feita com o Motoky.

S.L. – Com o Motoky.

M.V. – Com o Motoky.

S.L. – Ele não falou nada sobre isso.

R.L. – Aquela entrevista foi meio complicada, porque nós tentamos com os dois juntos, para aproveitar a ida a Brasília.

S.L. – Na verdade, o general Roberto França falou assim: "Olha, o Motoky vem." Aí, uma entrevista com duas pessoas, com dois depoentes, é meio complicada.

M.V. – É meio complicado.

S.L. – Mas, enfim, isso aí a gente precisa depois, Auxiliadora.

M.V. – Então, eu acho que essa perda de recursos próprios, entrar naquela vala comum do orçamento da União e ficar ali pedindo recursos, eu acho que esvaziou muito o CNP. A par disso, não podia fazer concursos. Então, o que aconteceu? Com a ida para Brasília ele já perdeu muitos técnicos, e outros foram se aposentando. Então, ele ficou realmente sem ter como cumprir suas obrigações e foi enchendo de militares. Então, todas as divisões eram ocupadas por coronéis, sendo que a Divisão Financeira, que era a que pagava os ressarcimentos, era um general, o general Neves. E os técnicos – porque ele não podia fazer concurso, não tinha – ele foi cumprindo por FAS, Função de Assessoramento Superior. Você pagava... Eu não sei como é que funcionava em termos de serviço público. Tinha uma verba para pagar os FAS.

S.L. – Seria uma terceirização.

M.V. – Como tem o DAS.

S.L. – Seria um cargo de confiança.

M.V. – Um cargo de confiança. Mas então, bem remunerado, então você conseguia trazer algumas pessoas para isso. Tinha vários níveis de FAS. Então, o CNP supriu suas necessidades de pessoal assim. Então, tudo isso esvaziou o CNP, não foi só a Petrobras. Então, na verdade, o que o CNP ficou fazendo? Aprovando posto, pagando ressarcimento, fazendo os estudos de preço, que ele já não decidia mais também há muito tempo porque tinha as complicações na inflação, então acabava indo para uma decisão do Ministério da Fazenda ou do Planejamento.

S.L. – Ele até fazia, mas o que...

M.V. – Fazia, mas...

S.L. – A decisão não era dele.

M.V. – Quem batia o martelo era o Ministério da Fazenda, por causa do impacto na inflação. Pelo menos no preço final. Deixava alguma margem de manobra para o CNP dividir mais ou menos o bolo, não é? E por outro lado você tinha a pressão: de um lado, a Petrobras; do outro lado o *lobby* das distribuidoras, via Sindicom, e os revendedores, que são pequenininhos e tal mas foram ganhando força porque são muitos e se uniram...

R.L. – Agora, esse Sindicom...

M.V. – Sindicom é das distribuidoras. Dos revendedores é Federação... Eu esqueci o nome. Depois pode ser que eu me lembre. A federação deles, e eles começaram a trabalhar em conjunto e também conseguiam... Então, houve briga, não é? Todo mundo brigando por um cobertor pequeno.

R.L. – Agora, uma curiosidade. O que a gente vê, por exemplo, até esse período mesmo, do governo Figueiredo, é alguns preços sendo abertamente sufocados no seu reajuste para segurar um pouco a inflação. Eu estou me lembrando muito do caso do aço, da CSN, que caiu em quase que falência por conta disso. Como é que era... Quer dizer, aí a gente tem o caso da CSN. E como é que era a Petrobras, e o CNP também, na definição desse preço?

M.V. – Eu trouxe até alguma coisa aqui. Quer dar uma olhadinha?

S.L. – Vamos.

M.V. – É muito pouco porque eu realmente... Eu não vou ficar carregando um monte de papel, até porque eu também já não tenho. Eu fui jogando fora, não é? Mas aqui, teve uma palestra que eu digo: "Eu vou levar que pode ser que seja útil", de como era isso e como é que ficou.

S.L. – Foi uma palestra...

M.V. – Foi naquele negócio de... De vez em quando tinham umas palestras, porque tinham os

seminários de desregulamentação... Eu não sei se vocês têm esse histórico: "Até 66, o custo do similar importado." [a entrevistada passa a ler alguns dados]

R.L. – Não.

M.V. – A produção era muito incipiente, então... Tudo isso tem legislação. Era a Lei 4452. "Depois, de 66 a 77, os preços ficaram com base nos custos das refinarias particulares." Então, o tal Decreto 1.599 foi 77. "O preço de realização da gasolina tinha índice [inaudível]." Quer dizer, você apurava o custo... Digamos que você... Você apurava o custo total, o custo médio da empresa. Esse era o índice [inaudível] da gasolina. Isso, em termos de refinaria. O preço dos outros produtos era fixado em relação ao da gasolina. Então, o diesel era para ser igual à gasolina e o GLP também. O GLP é o gás liquefeito de petróleo, o de botijão. E os outros tinham outros índices menores. Tinha uns que eram maiores. Eu acho que...

S.L. – A gasolina de aviação, por exemplo, estava dentro desse...?

M.V. – Era importada nessa época e não tinha nem produção.

S.L. – Não tinha nem produção nessa época.

M.V. – Não tinha nem produção. Nessa época não tinha. Então, isso durou...

S.L. – Onze anos.

M.V. – É, até 77. Aí...

S.L. – Nesse meio tempo...

M.V. – Nesse meio tempo, em 73, primeiro choque, entram os tais subsídios cruzados. Mas além do subsídio cruzado, mesmo com o subsídio cruzado, já não cobria o custo, não é? Então, você tinha...

S.L. – Cabe aqui o querosene de aviação.

M.V. – O querosene de aviação. O óleo combustível passa a ter preços subsidiados pela gasolina. Aí começa aquele negócio, a gasolina era 100 mas não é mais 100.

R.L. – Passa a ser 120, 150...

M.V. – Ela pode ser 150, cento e qualquer coisa, para cobrir a diferença dos outros. Aí começa a balançar aqui por dentro, porque o diesel começa a ter um crescimento de consumo quase que explosivo. Crescia muito. E com a gasolina, depois, quando entrou o álcool, aconteceu ao contrário.

S.L. – A demanda diminuiu muito.

M.V. – Muito. Muito, muito. Então, como você manter esse equilíbrio? Aí começa a tal compressão das receitas da empresa, não é? Aí, quando chega 77... Ainda está tudo aqui. Eu não me lembrava mas está aqui. [risos] "A equalização dos preços..."

R.L. – Posso fazer uma pergunta meio... A gente poderia tirar uma copiuzinha disso?

M.V. – Pode. Eu acho até que eu tenho uma cópia de xerox em casa, de modo que se vocês quiserem ficar com essa, eu fico com a xerox.

R.L. – Se você não se importar...

M.V. – A xerox apaga com o tempo, mas eu acho que eu não vou mexer mais nisso. [risos] Eu nem pensei que fosse. Eu fui catar lá nas coisas antigas. "Gasolina e diesel passam a ter preços equalizados em todo o país." Gasolina e diesel.

R.L. – Eu me lembro disso.

M.V. – Depois isso se estendeu também ao querosene, ao óleo combustível.

S.L. – Quando diz preço equalizado é o mesmo preço...

M.V. – No Acre ou no Oiapoque ou no Chuí.

S.L. – E entre os dois, no caso, também.

R.L. – Não, são os dois produtos que passam...

S.L. – São preços diferentes...

M.V. – Preços diferentes mas...

S.L. – Mas esse equalizado é...

M.V. – É igual em todo o território nacional. Aí, em 77, "conceito de valor médio de realização". É, aí levantam-se os custos da Petrobras. A gasolina deixou de ser a base de cálculo dos preços. Aí não tinha mais nada. Aí era ao bel-prazer do ministro de plantão. Você tem que remunerar a Petrobras por um valor... Vendendo todos os derivados... Isso aqui para a Petrobras foi um avanço, porque o desequilíbrio já estava muito grande. Quer dizer, a Petrobras tem que ter uma remuneração média garantida, qualquer que seja a relação entre os preços de derivados. Na prática a coisa não funcionou assim. E aí ficava ao sabor das políticas e das pressões. E aqui, "o conjunto das refinarias", é o que eu já acabei de dizer, não é? O governo ficou livre para fixar os preços como ele quisesse.

S.L. – Agora, a relação do CNP com todas essas mudanças...

M.V. – Ele recebia pronto.

R.L. – Era um pacote que caía...

M.V. – Mas sabe quando... Eu chamo você para participar, só que quem manda e quem decide sou eu. Então, a sua participação é quase que tomar conhecimento de uma coisa, ou até me ajudar em algum detalhe que eu possa ter esquecido.

S.L. – Dentro da orientação que você determina, não é?

M.V. – É.

R.L. – Mas o dono da bola sou eu. Eu que tenho a bola.

M.V. – O dono da bola era o Ministério da Fazenda ou do Planejamento. Então... O que é isso aqui? "Preços relativos de base volumétrica." O que é esse gráfico aqui? Eu não estou... Ah! Em dezembro de 72, o diesel custava isso... Essa remuneração média... Eu acho que é isso.

S.L. – Seria a gasolina aqui em cima e o diesel e o GLP.

M.V. – O IPBA era igual à gasolina antes, e o óleo combustível. Depois, em 80, o segundo choque. "Incentivo à utilização de energias alternativas." Agora entra o álcool.

S.L. – Quer dizer que o Proálcool já vem da segunda metade dos anos 70, não é?

M.V. – É, mas ele vinha... O álcool sempre teve um papel de adição.

S.L. – Sempre teve, desde os anos 30.

M.V. – Isso. Sempre teve a adição à gasolina. Agora aqui entrou o Proálcool, como salvação do país.

S.L. – O álcool com um pouquinho de gasolina. [riso]

M.V. – Também, não é? O que está aqui?



R.L. – "Exacerbou as distorções."

M.V. – Foi. "Diesel 39% do preço da gasolina." Em 80, "Resultado: Distorções na matriz demanda-oferta", que foi aquilo que eu falei. "Diesel explode, gasolina some do mercado. Uso ineficiente. Aumento de custos sociais. Insuficiente remuneração dos agentes, principalmente os produtores, com prejuízo dos programas de investimento." Aí a Petrobras começa a ficar...

R.L. – Poderosa.

M.V. – Não, sem recurso.

R.L. – Ah! Sem recurso. Não, tudo bem.

S.L. – Não, é o momento que ela...

R.L. – Ainda não é o momento que ela...

M.V. – E ela inclusive, para viabilizar o Proálcool, ela teve que entrar, entrar com os tanques para armazenagem, entrar com os dutos, com os navios. Isso era o de menos. Mas o problema é que o álcool você produz em seis meses para consumir em doze. Então, requeria uma estocagem longa e um investimento...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.V. – ...e um investimento em estoque pesado.

R.L. – Grande.

M.V. – Quem entrou com isso foi a Petrobras.

S.L. – Foi a própria Petrobras.

M.V. – Foi a Petrobras. Ela não fez isso de graça. Porque naquele colchão todo dos ressarcimentos tinha uma tal de Conta Álcool, onde entrava tudo isso – comprou, vendeu, transportou – e tinha uma remuneração desse estoque. Mas ela preferia não estar botando dinheiro nisso e estar botando no petróleo dela porque a remuneração ia ser maior ainda, não é? Porque essa remuneração era... sei lá, ou ORTN ou o que fosse, essas moedas da época. "Queda de produtividade, ineficiência, perda de qualidade." Aqui, "Preços reais médios".

S.L. – Aí já estamos em junho de 92.

M.V. – Junho de 92. Então, isso aqui já é da minha época. Mas aqui tem a... Está aqui a evolução, como eles foram ficando achatados, inclusive bastante no governo Collor. E entrou aí o governo Collor.

S.L. – É, e a gente pode até aproveitar, eu não sei se você já falou... Você estava dando um quadro Petrobras e CNP, política de preços.

M.V. – Isso. Então, a gente pára aqui.

S.L. – E aí vamos falar um pouco mais de você. Quer dizer, no finalzinho do governo Sarney você estava na Petrobras...

M.V. – Estava.

S.L. – Você estava mantendo essa relação ainda constante com o CNP...

M.V. – Essa relação constante com o CNP, com o Ministério da Fazenda...

S.L. – Indo sempre a Brasília...

M.V. – E quando as coisas ficavam muito difíceis para a empresa, que no nosso nível nós não conseguíamos resolver, o presidente e o diretor pediam uma audiência ao ministro da

Fazenda e resolviam. Nós sempre tínhamos o ministro das Minas e Energia, mas ele era mais voltado à parte elétrica. Talvez pelo peso mesmo da Petrobras, ela se resolvia sozinha.

S.L. – Ah, sim! Não tenha dúvida.

R.L. – Sem dúvida.

M.V. – Bom, então, onde é que nós estávamos? Na transição e no esvaziamento do CNP.

S.L. – E nesse momento você era chefe dessa Divisão de...

M.V. – Da Divisão de Preços da Petrobras.

S.L. – Divisão de Preços da Petrobras. Aí, vem o governo Collor, que foi aquele furacão no início...

M.V. – Quanto a mim, antes disso ainda, no final do governo Sarney, eu recebi um convite para ocupar uma diretoria da Petrobras Distribuidora. E eu gostei do convite e aceitei, embora até sabendo que, com o fim do governo Sarney, provavelmente o governo que viesse mudaria as diretorias. Eu nem me lembro porque eu aceitei. Eu não sei se eu já estava um pouco cansada desse vai e vem... Eu não sei, eu achei interessante. Até teve muita gente que me aconselhou a não ir. "Não vai. Depois, muda o governo..." Eu digo: "É, não me atordo também. Não tem problema nenhum." Mas aí eu fui ocupar...

S.L. – Esse vai e vem que você diz é dessas idas freqüentes a Brasília?

M.V. – Eu não sei. Olha, realmente quando eu digo que eu não sei é porque eu não sei mesmo. Eu não sei se eu já estava cansada do desgaste desse negócio... Porque eu era cobrada internamente. Eu tinha que trazer... E esses contatos todos acabavam ficando muito desgastantes, não é? Às vezes você acabava brigando com as pessoas. Eu não sei se era isso. Eu não sei se também já estava chegando um tempo em que eu talvez já fosse me aposentar e eu... Eu não sei o que foi. Eu sei que eu achei... Eu gostei do convite e aceitei.

R.L. – De repente, até o novo horizonte.

M.V. – Até o fato de ser mulher. Na Petrobras nenhuma mulher tinha ainda ocupado uma diretoria.

S.L. – E seria no Rio de Janeiro.

M.V. – Rio de Janeiro.

S.L. – Ficaria aqui.

R.L. – Ali na General Canabarro.

M.V. – Não, eu comecei ali no Aeroporto Santos Dumont.

S.L. – Ah, é!?

M.V. – Depois é que nós mudamos para o prédio novo.

R.L. – Na General Justo?

M.V. – É numa ruazinha ali. Eu acho que tinha um outro nome. Era um pedacinho de rua. A entrada era por esse pedacinho de rua que eu não me lembro agora o nome. E aí depois mudamos para aquele prédio novo, o da General Canabarro.

S.L. – Então, você ficou um tempo ainda nesse cargo, um ano.

M.V. – Eu fiquei um ano. Eu acho que eu fiquei um ano. Talvez um ano e um mês. Eu acho que um ano.

S.L. – Quer dizer, então, o seu último ano...

M.V. – De Petrobras? Foi na Petrobras Distribuidora. E aí, quando eu estava na Petrobras Distribuidora...

S.L. – Foi em maio de 99, você fala aqui.

M.V. – Foi, não é? Quando eu estava na Petrobras Distribuidora, o ministro Ozires, que tinha sido presidente da Petrobras – nos conhecemos quando ele era presidente da Petrobras –, ele veio ao Rio, me pediu para encontrar com ele, ele queria conversar comigo, e me fez o convite para ir para o DNC. Ele era o ministro de Minas e Energia.

S.L. – O Ministério da Infra-Estrutura não foi criado logo no início?

M.V. – Foi criado logo no início, mas o Departamento Nacional de Combustíveis ficou acéfalo um mês e meio mais ou menos. Porque o Collor tomou posse em 15 de março...

R.L. – Dia fatídico.

M.V. – Esse convite do ministro Ozires eu já recebi na segunda quinzena de abril. Eu só fui tomar posse em maio.

S.L. – Mas você continuava na BR ou já tinha...?

M.V. – Não, quando ele fez o convite, eu fiquei naquela, "vou ou não vou?" Eu ainda fiquei uns diazinhos na BR – nós estávamos no meio de um seminário de avaliação da empresa, que até foi... Aí eu já ouvia... Tudo que se dizia eu já ouvia pensando em outra coisa. Ouvir os gerentes dos distritos do Brasil inteiro. Foi um seminário que durou uns três dias, de tempo integral, e todo mundo trazendo os problemas. Aí, eu já estava mordida pela mosquinha, eles falavam, falavam e eu já pensava lá para o outro lado. Aí eu acabei também aceitando e fui. Só que eu não tinha nem idéia de como é que estava aquilo. Quando eu cheguei lá tive uma surpresa. [riso]

S.L. – Agora, você sabia que o DNC seria, dentro dessa reformulação toda que teve nos ministérios...

M.V. – Era o substituto do CNP.

S.L. – Porque o Collor concentrou pastas e toda essa parte de infra-estrutura ficou em um ministério só, não é?

M.V. – Aquilo era alguma coisa assim, impraticável. Era impossível ser ministro daquilo.

S.L. – Desse Ministeriozão da Infra-Estrutura, por exemplo.

M.V. – Porque ele tinha a área de telecomunicações que não era brincadeira; a área de transportes, um problemão; a área de minas, que se separou da área de energia porque ia ser privatizada e então já ficou separada, e a área de energia, elétrica e petróleo. Então, era um monstro aquele ministério.

S.L. – E eram secretarias, não é? O nome era esse, não é?

M.V. – É, tinha o ministro, tinha o secretário-geral, que na época era o Ximenes eu nem sei onde anda o Ximenes...

S.L. – Paulo César?

M.V. – Paulo César Ximenes. E tinha as secretarias: Secretaria de Transportes, Secretaria... Então, os secretários agiam como ministros das suas pastas, não é? E o Departamento Nacional de Combustíveis era subordinado à Secretaria Nacional de Energia.

S.L. – Dentro, vamos dizer, do organograma da Secretaria Nacional de Energia, ele era diretamente ligado ao secretário?

M.V. – Ao secretário? Era.

S.L. – Era, não é? Em termos de atribuições, Auxiliadora, houve perda em relação ao CNP? Como é que foi isso?

M.V. – Não houve perdas. Então, deixa eu contar como é que eu cheguei lá. Eu cheguei lá e fui ao Ministério de Minas e Energia me apresentar – eu tinha que marcar a minha posse. Quando eu cheguei na Secretaria de Energia – eu não conhecia o secretário, fiquei conhecendo, e os assessores, que eram todos da área de energia elétrica –, entrei em uma sala que tinha pilhas de papel. Projetos de lei acabando com a Petrobras já tinha dois lá. Enfim, tudo paralisado ali. A par disso, o desabastecimento de álcool. Já faltava. As filas eram intermináveis no Brasil... em toda a parte do Sudeste e Sul. Você não lembra disso, não?

S.L. – Engraçado, sabe que eu não me lembro com muita...

M.V. – Em Brasília então, que era a capital do país, com filas intermináveis para abastecimento de álcool, deixou o Collor nervoso. Quando eu cheguei lá a situação era essa. Aí eu digo: "Bom, e o CNP?" "Ah! O CNP..." Como é que ficou o CNP? O CNP está assim: o Collor quando entrou, ele fez a reforma administrativa e extinguiu os FAS. E o CNP funcionava com FAS. Então, não tinha mais ninguém para funcionar.

S.L. – Quer dizer, o DNC nascia sem...

M.V. – Sem nada.

S.L. – Sem quadro de pessoal...

M.V. – Não tinha nada. Não tinha nada. Os militares tinham ido embora, que eram também os chefes das divisões, e os seus assessores, que eram FAS, também tinham sido demitidos. Não tinha ninguém para fazer nada. O que sobrou lá? Vigilantes, muitos vigilantes; fiscais, que já não tinha muitos, eram cento e poucos que ficaram lá. Enfim, esse nível de funcionários é que ficou lá. Aí eu digo: "Eu não posso tomar posse. Como é que eu vou tomar posse numa situação dessa? Não tem a menor condição." Adiei a posse enquanto pude e

fiquei lá vendo como é que eu ia montar uma equipe. Nesse meio tempo, tinha um rapaz que cuidava da programação de abastecimento de álcool... Essa Divisão de Abastecimento do CNP todo mês fazia uma reunião com produtores e distribuidores para alocar a produção. Então, tinha uma reunião para derivados de petróleo, que era mais tranquilo porque era a Petrobras Distribuidora, e tinha uma reunião com produtores de álcool. A com os produtores de álcool se desdobrava em dois dias, porque tinha...

S.L. – Era usineiro do Nordeste...

M.V. – Tinha o Centro-Sul e tinha o Nordeste. Então, isso era uma loucura. Bom essa falta de álcool que eu encontrei quando cheguei era anunciada. Tanto o CNP como a Petrobras vinham alertando o governo anterior para a necessidade de tomar providências porque isso ia acontecer. Só que, fim de governo, vai acontecer no governo do outro, ninguém ligou. Nem ouviram a Petrobras nem ouviram o CNP. E aí a falta realmente aconteceu. Então, o jeito foi chamar esse... "Onde é que está o Hélio Belarmindo?" "Ah, está em casa."

S.L. – Hélio Belarmindo foi um técnico que foi mencionado na entrevista do dr. Motoky.

M.V. – Ele agora... Eu acho que ele agora é empresário.

S.L. – Em Brasília, não é?

M.V. – Eu acho que ele é empresário em Brasília. "Onde é que está o Hélio Belarmindo?" E foi o secretário de Energia que mandou chamar ele. Aí veio o Hélio para tentar solucionar esse problema do álcool, não é? Para pelo menos ter com quem discutir.

S.L. – Ele era da Divisão de Abastecimento do CNP?

M.V. – Ele era da Divisão de Abastecimento. E ele tratava de álcool. Ele era o homem para equacionar o abastecimento de álcool. Aí ele veio para poder ter com quem dialogar. Porque os usineiros não tinham, os distribuidores... Ninguém tinha com quem dialogar. Faltava e não tinha o que fazer. O Hélio veio e trabalhou três meses de graça, porque não tinha FAS e nem



tinha DAS. Porque o órgão tinha sido criado mas não tinha uma estrutura, não tinha definido os cargos que ele ia ter. O Hélio trabalhou três meses de graça. E para acabar de montar a equipe eu tive que buscar, na Petrobras e no setor elétrico, técnicos que pudessem trabalhar comigo.

S.L. – Cedidos? Transferidos?

M.V. – Cedidos.

S.L. – Quer dizer, isso significa que o ônus do pagamento do salário...

M.V. – Não... Aí, como é? Então, veio... Eu não me lembro em que tempo que teve a organização, que foi definida a organização, quantos DAS caberiam ao DNC. E essas pessoas ocuparam esses DAS, alguns do antigo CNP que eram FAS. Não foi só o Hélio, voltaram outros. Voltou o Hélio, na área de abastecimento voltou o Douglas... Voltaram alguns, que eram as peças chaves, e outros eu fui buscar no setor elétrico...

S.L. – E na própria Petrobras.

M.V. – E na própria Petrobras. O diretor do DNC tinha um diretor-adjunto também – esse eu trouxe da Petrobras. Seria uma pessoa interessante de vocês ouvirem.

S.L. – Quem é?

M.V. – É Osmar Chaves Ivo

S.L. – O que depois te substituiu, um mês eu acho.

M.V. – É, uns dias.

S.L. – Quando você sai, ele faz a transição.

M.V. – É, ele faz a transição para o outro. Osmar Chaves Ivo. E nós dividíamos muito as nossas atribuições lá, ele cuidava de uma parte e eu de outra. Ele está no mercado ainda. Ele está trabalhando.

R.L. – Está dando consultoria.

M.V. – Está em uma empresa de engenharia. Então, por exemplo, a área de abastecimento era uma área assim, de muito atrito com a Petrobras – distribuidoras e Petrobras, distribuidoras e Petrobras e Proálcool – então eu procurei não botar ninguém da Petrobras. Eu fui pegar no setor elétrico. Essa foi a que demorou mais a ser preenchida porque eu precisava de alguém que entendesse de fluxos. E no setor elétrico não tinha muita gente assim, não é? Aí, tinha um ex-diretor da Chesf que tinha perdido o cargo, e me sugeriram ele. E eu entrevistei ele e fiquei apaixonada por ele. Porque antes tinham me sugerido o Delcídio.

S.L. – Ah, é!? Delcídio, que era...

R.L. – Delcídio Amaral, que está na...

M.V. – O Delcídio da CPI.

S.L. – Que nessa época era da Eletrosul, provavelmente.

M.V. – Ele também estava sem cargo. Aí eu entrevistei o Delcídio mas achei...

S.L. – Ah, você chegou a entrevistar o Delcídio. Ele era bem novo na época, não é?

M.V. – Era. Mas eu achava que ele não... Ele era muito político. Eu achava que tinha que ser uma pessoa com uma... Eu disse: "Não vai aparecer, não." [risos] Mas aí depois veio o Mario, Mario Santos, que hoje é do ONS.

S.L. – O Mario Santos! Eu conheço. Porque eu fui do setor elétrico. Eu trabalhei na Eletrobrás. Então, o Mario Santos foi presidente da Eletrobrás e depois...

M.V. – Ele foi diretor de Operação da Eletrobrás.

S.L. – Depois ele foi presidente da Eletrobrás também.

M.V. – Foi também, não é? Foi depois que saiu do DNC. Então, como ele era um homem dos fluxos do sistema interligado, aí eu me apaixonei pelo Mario. Eu digo: "É esse." Porque, na verdade, é um sistema interligado também para petróleo, com os navios da Petrobras, com os dutos. Enfim, é muito semelhante. Aí, o Mario caiu ali muito bem, ficou sendo o... Não chamava diretor, não. Era divisão. Chamava divisão. Ele era o...

S.L. – É, porque você era a chefe do departamento. Então, era divisão e setor.

M.V. – Eu era diretora do departamento. Era divisão. Ele era o homem da Dirab, Divisão de Abastecimento. Com a saída do Mario para Eletrobrás, eu coloquei o Ewaldo. Conhece o Ewaldo? Ewaldo era do Dnaee.

S.L. – Ah, do antigo Dnaee.

M.V. – É, e ficou o Ewaldo. Quando eu saí estava o Ewaldo. Na área de preços eu botei o Frederico, que já trabalhava também como um representante da Petrobras junto ao CNP e que foi quem... Eu aprendi preços com ele. Aí eu digo: "Eu vou botar o Frederico lá." Mas o Frederico não conseguiu arrumar a Casa, ficou pouco tempo e saiu. Aí eu, não querendo encher de Petrobras, fui procurar alguém do Ministério do Planejamento, o Otávio Franca? Conheceu o Otávio? Eu botei o Otávio. É do Ipea.

S.L. – Lá do Ipea?

M.V. – É do Ipea. Aí botei o Otávio na área de preços.

S.L. – A estrutura do DNC a esta altura já estava montada?

M.V. – Estava assim...

S.L. – E tendo como modelo o CNP?

M.V. – É.

S.L. – Fala um pouquinho...

M.V. – Então, tinha uma divisão... Ela tinha direito a ter três divisões. Então, ela tinha uma Divisão de Abastecimento, que era a antiga Diretoria de Abastecimento; tinha uma Divisão de Preços e Ressarcimentos, porque juntou a antiga Diretoria de Preços e a antiga Diretoria Financeira, botou as duas em uma só, a Divisão de Preços e Ressarcimentos, e tinha uma outra que nós colocamos, de Planejamento. Porque nós não queríamos... Porque as coisas eram discutidas, não é? Nós não queríamos ficar com esse negócio de preço, de posto etc., nós queríamos participar do planejamento das atividades de petróleo. Nós queríamos dar um outro status. Então, criamos uma Divisão de Planejamento, que era para dar exatamente um assessoramento na elaboração de matrizes energéticas... Enfim, apontar caminhos. Então, ficaram essas três divisões. E ficava faltando ainda – porque só tínhamos direito a três divisões – a fiscalização. Então, a Fiscalização ficou uma divisão independente mas não tinha o mesmo status das outras, tinha um status...

S.L. – Menor. Com o nome divisão?

M.V. – Divisão de Fiscalização, Difis. É, Difis.

S.L. – Porque, nessa hierarquia, as divisões se dividem em seções?

M.V. – Em setores eu acho. Agora eu não me lembro se eram setores ou seções. Eu acho que eram setores e seções. Seguia mais ou menos o CNP, só que eu tive que enxugar.

S.L. – É, mais enxugado.

M.V. – Compactou. E tinha um diretor-adjunto, que o CNP não tinha. O CNP tinha um presidente e o conselho. O conselho era um representante de cada ministério e alguns da iniciativa privada.

S.L. – O DNC não tinha conselho...

M.V. – Agora vamos ao... Você estava falando das atribuições.

S.L. – Isso.

M.V. – As mesmas.

S.L. – As mesmas.

M.V. – Eu herdei as mesmas atribuições, o que muito me assustou.

S.L. – Porque ficou uma estrutura muito menor.

M.V. – Quando eu sentei na cadeira e a área jurídica, a consultoria... Ah! Perdemos uma área jurídica. Não tinha mais. No Departamento não tinha mais. A área jurídica, uma consultoria jurídica, ela era do ministério. Ela tinha que atender a área de telecomunicações, transportes... Tudo. Estava uma loucura aquilo! Mas essa área jurídica dizia que eu tinha o mesmo poder que o Conselho Nacional do Petróleo tinha. As decisões, que eram do colegiado, eu tinha o poder de tomar sozinha. [risos] Aquilo para mim...

R.L. – A poderosa Margareth Thatcher do petróleo.

M.V. – Aí, eu sentada ali, com aquela estrutura paupérrima, com uma dificuldade tremenda de pessoal, não tinha informatização... Não tinha nada!

S.L. – A sede... Vocês ficaram na sede do CNP?

M.V. – Naquela mesma mesa.

S.L. – A tal mesa ferradura.

M.V. – Sentava-me ali para dirigir as reuniões.

R.L. – Mais uma curiosidade minha pelo lado da documentação: nessa época houve... os arquivos antigos do CNP entraram...

M.V. – Eu acredito que sim. Eu não saía. Eu não tinha nem tempo. Eu, quando cheguei, a fila era imensa. As audiências duravam quinze minutos e aquilo era o dia inteiro. Era uma coisa horrível. Bom, era prefeito, era o dono de posto, era transportador... Tinha de tudo. E eu fiquei muito assustada quando eu vi isso. Isso é um absurdo. Mas por que foi assim? Eu acho que, naquela coisa tão estapafúrdia, [inaudível] com a idéia da desregulamentação e do esvaziamento dessas atividades.

S.L. – Quer dizer, você acha então que o horizonte era esse.

M.V. – Sem dúvida alguma. Quando o ministro Ozires me convidou, ele me convidou e dizendo que tinha que desregulamentar. O que eu achei muito bom porque era extremamente... era excessivamente regulamentado. O Carlos Orlando é que pode contar bem essas coisas porque... Tinha uma sala... Tinha um computador... Não tinha computador no CNP. A área de preços tinha um que, se não me engano, era da Petrobras. Era cedido pela Petrobras em comodato. Tinha um contrato lá, a Petrobras cedeu. O CNP usava os computadores da Caeeb. Lembra da Caeeb?

S.L. – Eu me lembro.

M.V. – Era CNP, e Dnaee e a Caeeb ocupavam um espaço ali – eu não sei se do Dnaee ou do próprio prédio do CNP – e usavam aqueles computadores. Eu ouvi o Carlos Orlando contar, e o Ivo é que saiu por aí vendo essas coisas, o Osmar Ivo, que quando eles entraram na sala os computadores estavam dentro d'água. Tinha tido uma inundação, os computadores dentro

d'água, papéis dentro d'água. Tudo realmente largado e deteriorando. E a mesma coisa deve ter acontecido com alguns arquivos que sumiram. Recentemente eu tive um contato com vários deles, tem páginas arrancadas. Deve ter acontecido de tudo ali. Ele é que sabe bem dessa história. Eu acho que não vai aparecer no livro, mas... Ele sabe o que pode e o que não pode contar. Então, realmente, tudo muito destruído. Tudo destruído. Bom, a par dessa estrutura já enxutésima, veio uma ordem do Collor, da Secretaria de Administração ou sei lá de quem, que tinha ainda que reduzir aquele pessoal que ficou em 20%. Então, com o que eu tinha ficado? Vigilante, não sei mais o que... Nada. E daquele nada eu ainda tinha que reduzir. Quer dizer, os próprios que tocavam o trabalho...

S.L. – Mas isso afetava essa turma que veio com o DAS?

M.V. – Não.

S.L. – Isso não.

M.V. – Isso não. Mas a turma que veio do DAS tinha que ter gente para...

R.L. – Para trabalhar.

M.V. – ...para trabalhar.

S.L. – É, porque eles eram a cúpula do órgão.

M.V. – Eles eram a cúpula.

R.L. – Definidores de políticas, e tinha que ter o pessoal para trabalhar.

M.V. – Para trabalhar. Então, nós fomos ver o que podíamos cortar, vigilante etc., e sobraram os fiscais, que já eram poucos mas nós tivemos que cortar mais. Porque era o que tinha sobrado. Aí eu tive que cortar mais. Ficaram pouquíssimos funcionários. Se bem que o que tinha e o que ficou não fazia muita diferença. Porque quase todos lotados em Brasília, um

país desse tamanho... Então, nós dissemos: "Bom, não tem jeito, vamos cortar os fiscais e vamos tentar fazer convênios com diversas entidades para que eles prestem o serviço de fiscalização para nós." Como nós já sabíamos que ia desregular, o que nós íamos querer que fiscalizasse mesmo era a qualidade. Então nós, já vendo um pouco mais à frente, nós... Aí tentamos, tivemos diversos contatos com o Inmetro, quase chegamos a assinar um convênio, mas na hora do valor, não tinha receita própria. Na hora do valor, entravam outras pessoas na discussão, aí já entrava nos recursos do ministério, então nós... Eu saí sem conseguir assinar esse convênio. Parece que alguém, depois de mim...

S.L. – O DNC não tinha receita própria, não é?

M.V. – Não tinha. Parece que alguém, depois de mim, conseguiu assinar com o Inmetro. Enfim, e com universidades. Nós estávamos desenvolvendo contatos com vários órgãos e entidades para que fizessem essa fiscalização para nós, mais voltada para a qualidade.

S.L. – E não a questão do preço, não é?

M.V. – Não porque nós já tínhamos idéia que ia liberar, não é? Então, não estávamos preocupados com aquilo. Aquilo seria questão de pouco tempo. Nós não sabíamos exatamente quão pouco, não é? Mas a idéia era essa: a fiscalização tem que procurar se ater mais à qualidade do produto. Então, nós queríamos órgãos que fizessem análises, que tivessem laboratórios...

S.L. – E o Inmetro seria realmente...

M.V. – O Inmetro e algumas universidades que tinham centro de pesquisa. Porque nós também estávamos em desenvolvimento.

S.L. – A própria UnB ali do lado, eu imagino, não é?

M.V. – É. Então, nós estávamos fazendo contatos com essa intenção.



S.L. – E você ficou o governo Collor todo, não é?

M.V. – Fiquei. E ainda entrei no Itamar um pouquinho.

S.L. – Você ainda entrou um pouquinho no Itamar.

M.V. – Bom, ao longo desse período eu tive cinco ministros. [riso]

R.L. – Foi um período difícil, não é?

M.V. – Cinco ministros! Eu digo: "Meu Deus!"

S.L. – É, esse período foi uma dança das cadeiras...

M.V. – É, cinco ministros e três secretários de Energia.

S.L. – Porque inclusive, aí é uma questão até de nós checarmos nos nossos alfarrábios, mas esse Ministério da Infra-Estrutura também...

M.V. – Depois virou Ministério de...

S.L. – Há uma volta ao modelo anterior, as secretarias voltam a ser ministério, pelo menos algumas delas, não é? O que eu não me lembro é se isso ocorreu ainda no governo Collor...

M.V. – Eu tenho certeza.

S.L. – Eu tenho impressão que foi ainda no governo Collor.

M.V. – Eu tenho certeza porque eu fiquei muito pouco tempo depois do Collor, porque o Itamar me demitiu. Então, eu acho que isso aconteceu no final do governo Collor, mas quando ele já estava mudando o ministério e já fazendo...

R.L. – Tentando uma composição.

M.V. – É, tentando essa composição. Eu acho que deve ter sido por aí, nessa fase.

S.L. – Você deve ter sobrevivido exatamente ao período... Você ficou o governo Itamar no momento que ele não era ainda presidente com plenos poderes.

R.L. – Antes do *impeachment*.

S.L. – Antes da formalização do *impeachment*, em dezembro.

M.V. – Eu saí em dezembro.

R.L. – Que é quando o ministério do Collor, inclusive o Marcílio, é por isso que eu me lembro, ele faz um pacto de se manter até estarem definidas as coisas.

S.L. – Eles ficam até setembro. Até o final de setembro.

M.V. – É, em setembro mudou o ministério.

S.L. – Quando o Itamar assume, mesmo a título precário, vamos dizer assim, toda aquela turma do Collor... Do primeiro escalão do ministério sai todo mundo.

M.V. – Sai. Lá entrou o Paulino Cícero.

S.L. – Paulino Cícero, mineiro, não é? No escalão da Auxiliadora, pode ter... Permaneceu um segundo escalão. Porque quando o Itamar está investido plenamente de todos os poderes presidenciais, aí saí. Aí não fica mais ninguém do governo anterior.

M.V. – É, eu acho que ele iria realmente tirar, mas ele tirou à Itamar. Eu entrei em férias e teve um aumento de preço. Na verdade, em cada aumento de preço eu tinha que ir até o fim. Eu tinha que fazer um cruzamento das informações porque senão sai muito erro. E nesse,

como eu já estava de férias, eu digo: "Olha, eu não vou querer saber, não." Eu tinha entrado de férias dois dias antes. Foi dois dias antes. Eu vinha para o Rio. Eu disse: "Eu já estou de férias, então eu não vou ver isso." Eu larguei para lá esse último aumento. E não deu outra, deu erro. E deu um erro que aumentava muito o preço em Minas. Não, ele deu um preço mais baixo em Minas e deu um preço mais alto em algumas cidades do Nordeste. Quando as cidades do Nordeste reclamaram e o rapaz que fazia os preços, um desses DAS, foi olhar, viu o erro dele e levou para a Dorothea.

S.L. – Dorothea Werneck.

M.V. – Levou para a Dorothea.

S.L. – Do Planejamento.

M.V. – E a Dorothea fez a correção no *Diário Oficial*. Quando fez a correção, o Itamar estava vendo televisão, lá para uma hora da manhã, e viu o noticiário: "Sobe o preço em Minas Gerais." Ele ligou para quatro ministros procurando saber quem é que tinha autorizado um aumento de preço que ele não autorizou. E os quatro ministros não sabiam de nada, porque era uma correção que a Dorothea mesma fez, com o *Diário Oficial*.

S.L. – É mineira a Dorothea, não é?

M.V. – Também é. Ela também ele demitiu pouco tempo depois. Aí o Itamar ficou uma fera: "Quem faz preço..." A portaria era DNC – assinada pela Dorothea mas era DNC. "Demite a diretora do DNC!" E eu de férias. [riso] Foi engraçado.

S.L. – E você soube dessa história toda, não é? [riso]

M.V. – Só depois. Eu soube por ele próprio, pelo jornal. Está nos jornais.

S.L. – Ah, isso aí foi uma coisa pública! Totalmente pública.

M.V. – Ah, foi!

S.L. – A tua demissão foi uma coisa pública.

M.V. – Foi porque foi meio escandalosa. Ele mesmo. "Eu acordei quatro ministros, porque não pode! E como é que eu não sei!? Ainda mais em Minas!" Eu tenho esses jornais em casa. Aí alguns jornalistas até me defenderam, foram lá em casa me entrevistar. Eu saí na televisão, nos jornais...

S.L. – Ah, você foi procurada!

M.V. – Fui.

S.L. – O teu lado foi ouvido também, não é?

M.V. – Foi, foi ouvido. E alguns foram contra o Itamar. Muito engraçado. Mas eu acho que estava na hora. Tudo tem um tempo e tem que fazer as coisas e depois tem que sair. Mas foi meio hilário esse negócio porque realmente ele deu uma de Itamar, assim meio...

S.L. – O Itamar deu uma de Itamar. [riso]

M.V. – Algum tempo depois ele demitiu a Dorothea.

S.L. – É, a Dorothea ficou pouco tempo também no ministério. Quer dizer, depois você se afastou. Ou você continuou tendo algum contato com o DNC?

M.V. – Não, eu virei a página completamente. Mudei de vida. "Não, chega. Terminou o meu tempo." Eu já estava aposentada...

S.L. – Ah, você já estava aposentada!

M.V. – Eu já tinha me aposentado, em 90, aí eu virei a página. "Acabou. Terminou o meu

tempo. Eu fiz o que tinha que fazer e acabou."

S.L. – Você deu uma informação muito interessante sobre o CNP. E é até curioso, uma pessoa que, por trabalhar perto do CNP... É a tua observação, na verdade, não é?

R.L. – Você não era de dentro, mas tinha um contato suficiente para essa avaliação.

S.L. – Aqui tem, no final do teu currículo...

R.L. – A questão de Genebra.

S.L. – A questão de Genebra.

M.V. – Ah, sim! Porque veja só... Agora vamos voltar para mim, no DNC?

S.L. – É, vamos voltar.

M.V. – Falamos do problema da desorganização, do caos, e aí o que se pode perguntar é se isso foi intencional, deixar o órgão acéfalo e tudo se deteriorando, porque havia essa intenção de privatizar a Petrobras, de desarticular o setor do petróleo, e essa...

S.L. – Essa desarticulação redundaria no... Não teria mais sentido um órgão como o DNC.

M.V. – Não, eu acho que o alvo era a Petrobras. Era um monopólio, não é? E não só o monopólio, mas a empresa... Eu acho que o alvo era desmembrar a empresa em várias outras empresinhas que fossem privatizadas. Eu tenho impressão... Hoje, tempos depois e olhando para trás, eu tenho impressão que essa... Porque eu cheguei lá e encontrei já...

S.L. – O que você falou...

M.V. – ...alguns projetos que não eram nem do Executivo, eram de grupos privados. Coisas desse tipo. E que seguraram. O pessoal...

[FINAL DA FITA 1-B]

M.V. – ...eram de grupos privados. Coisas desse tipo. E que seguraram. O pessoal do setor elétrico segurou, não tocou para frente. Achou tão errado... Como é que se faz, não é? Mas, de qualquer forma, eu entrei com essa orientação de desregularizar. Em especialmente, começando pelos postos. Porque o CNP... Eu acho que o CNP estruturou muito bem o setor, e a regulamentação que ele fez eu acho que também foi muito boa, para o tempo em que ele fez. No Brasil que o Collor pretendia, e que se implantou depois – porque não mudou de lá para cá, se entrou pelo caminho neoliberal e ficou –, não cabia mais aquilo. Era muito pesada a regulamentação. Ela chega a ponto de dizer que se você queria abrir um posto e um frentista do seu posto era parente de qualquer outra pessoa que trabalhasse em qualquer outra distribuidora, não podia. Por que isso? Eu não sei porquê. Isso deve ter sido algum casuísmo que entrou na regulamentação. Mas então era muito, muito, muito regulamentado. E quanto mais regulamentado, mais favores são feitos. E nessa questão dos postos a coisa foi ficando muito complicada. E o ministro Ozires tinha um amigo que queria abrir um posto e não conseguiu. Então, ele entrou com... Isso para ele era uma questão de honra, acabar com todo esse processo que era necessário para se abrir um posto. Às vezes era necessário até serviço de aerofotogrametria, que é caro. Às vezes o cara queria abrir um postinho e não tinha dinheiro para isso.

S.L. – E por que, não é? Eu não consigo atinar.

R.L. – É, não precisaria, teoricamente.

M.V. – Então, as exigências eram sempre muito grandes, uns conseguiam e outros não. Então, ele tinha isso como um ponto de honra, e foi o primeiro ato de desregulamentação da minha gestão, e acho que do governo Collor até, se não me engano..

S.L. – E ele dizia exatamente o quê? Quer dizer, qual era o...?

M.V. – O que acontecia? Para você abrir um posto tinha todo esse processo, você tinha que

submeter uma série de informações ao CNP – também tem aqui. E isso era submetido ao plenário do conselho, todo aquele processo. Tinha processo num crescendo. Não só para posto como para distribuidora. Qualquer atividade tinha que passar por todo esse processo. Às vezes o pretendente levava uma negativa...

S.L. – Podia recorrer?

M.V. – Podia recorrer, recorria até o ministro. Tem caso que o ministro mandava fazer, voltava para o CNP e não fazia. Tem uma carta que é muito interessante, sobre isso. Então, o ministro Ozires queria acabar com isso. Então, nós trabalhamos, vendo toda a legislação que teria que ser modificada, e submetemos à consultoria jurídica do ministério.

S.L. – Ministério da Infra-Estrutura.

M.V. – Ficou lá um tempo, até que as coisas foram precipitadas por um programa do *Fantástico*. O *Fantástico*. Porque um pretendente... Eu não sei se ele era pretendente, eu acho que ele já era dono de um posto, no Paraná. Ele me mandou um telegrama... Porque não podia dar brinde porque um brinde implicava alteração no preço. O preço era fixado, igual para todo mundo. Se você dava um jornal, significava uma redução no preço. Então, brinde também era proibido. A atividade era toda engessada. E esse dono do posto me mandou um telex perguntando se podia dar brinde e, se não podia e estivesse ocorrendo, o que fazer.

S.L. – Ele já estava dando brinde, provavelmente.

M.V. – Eu fiquei meio preocupada. Eu achei que aquele...

R.L. – Acende uma luz, não é?

M.V. – Eu achei que aquela pergunta não era de quem... Aquela pergunta tinha intenções. Eu fiquei meio... vendo como é que redigia a resposta, mas disse para ele que os brindes continuavam proibidos e que se tivesse algum caso desses para encaminhar para a Divisão de Fiscalização. Só isso. A distribuidora a qual ele pertencia mandou, esse mesmo telex que eu

mandei, mandou de novo para ele e acrescentou um parágrafo ameaçando, como se fosse meu. Eu não sei que voltas isso deu que foi parar no general Agenor, que era o chefe do Gabinete Militar do Collor.

S.L. – O general Agenor Homem de Carvalho?

M.V. – Isso. E isso foi parar no *Fantástico*.

R.L. – Nossa Senhora! Uma grande confusão!

M.V. – Eu estava aqui no Rio e aí de repente, no fim de semana, me liga o ministro Ozires: "Viu o *Fantástico*?" Eu digo: "Não." Eu nem suporto o *Fantástico*. Eu nem gosto do *Fantástico*. "Uma coisa horrível!" Falou... Me deu uma bronca... Eu não sabia nem do que ele estava falando, não é? Aí, no dia seguinte, eu fui para Brasília e fui ver o que estava acontecendo. Vi esse outro negócio... Eu achava que tinha armação. E tinha mesmo. De um limão você pode fazer uma limonada. E isso foi muito bom porque precipitou: aquilo que estava ali emperrado acabou tendo que sair. Mas não saiu fácil. Aquilo deu um bate-boca pela imprensa, entre o Collor e eu, o Collor saiu me acusando e eu me defendendo. Foi assim. Aí eu tive que juntar, fazer um dossiêzinho e mandar para o general Agenor. [riso] Aí o general Agenor... Aí ficou tudo esclarecido. Foi muito engraçado.

S.L. – Aí a legislação veio depois disso.

M.V. – Aí a assessoria jurídica do Collor assumiu aquilo que eu já tinha mandado para o outro e agilizou. Aí saiu, finalmente, uma portaria liberando os postos de tudo isso, deixando a responsabilidade com eles. Eles tinham que seguir as posturas municipais, seguir as orientações do Corpo de Bombeiros... Enfim, fazer o que cada órgão exige para a segurança, para a urbanização e essas coisas todas, sem precisar daquela coisa toda do CNP, porque sem a autorização dele não podia funcionar. E eles só eram obrigados a, quando tudo estivesse pronto, aprovado pelos Bombeiros, aprovado pela prefeitura e aprovado por quem de direito, a comunicar ao CNP.



S.L. – Ao DNC.

M.V. – Ao DNC. E esperar. Eles teriam que esperar 30 dias a autorização do CNP [DNC]. Mas não tinha mais nada, era só...

S.L. – Eles podiam tomar todas as medidas práticas...

M.V. – Implantar o posto...

S.L. – Quer dizer, fisicamente, instalar, construir...

M.V. – Tudo, tudo, tudo. E, tendo a autorização dos órgãos competentes...

S.L. – Desses órgãos locais, não é?

M.V. – ...eles tinham que nos comunicar. E nós tínhamos 30 dias para autorizar. E se em 30 dias não déssemos autorização, ele estava automaticamente autorizado a entrar.

S.L. – Ah, é!?

M.V. – É. O que nós queríamos era apenas saber, para efeito de estatística e de fiscalização.

S.L. – Era mais um a ser fiscalizado.

M.V. – Era mais um. Então, realmente abriu bem para eles. Esse foi o primeiro passo...

S.L. – Isso foi no teu primeiro ano à frente do DNC. Foi em 90.

M.V. – Acho que foi em maio de 90. Eu entrei em maio?

S.L. – É, você entrou em maio que você falou. Então, deve ter sido... Está tudo aí.

M.V. – Não, não está tudo, não.

R.L. – Mas isso a gente acha.

S.L. – Não, porque essa portaria é interessante a gente saber o número. Porque essa portaria é muito importante, Regina. É importante a gente saber...

R.L. – Sim, mas será que não tem na parte de legislação do portal da ANP?

S.L. – Pode ser.

M.V. – Não, porque eu acho que de lá para cá ela já mudou.

S.L. – Mas mantendo a direção, não é? Nessa direção, não é?

M.V. – É. Tudo isso estava dentro do tal Programa Federal de Desregulamentação. Então, esse foi o primeiro passo, e a partir daí vieram os outros. Eu vou ver se eu ainda tenho aqui dentro da pasta.

S.L. – Isso que você nos falou é o que você fala aqui no teu texto: "Foi o fim da obrigatoriedade do título de autorização prévia para a instalação de postos de serviços."

M.V. – Isso.

S.L. – Depois, em seguida, você fala da flexibilização do preço dos combustíveis. Vamos aproveitar e seguir isso daqui e você desenvolver um pouco essas idéias, não é?

M.V. – Talvez aqui tenha. É, eu acho isso. Eu acho que eu acho isso.

S.L. – Aí, depois, se for o caso, a gente volta a fazer um contato com você, se por acaso a gente não conseguir localizar essa portaria.

M.V. – Então, a partir daí, quando você muda essa portaria, isso implica mudar, inclusive, decretos. Enfim, tem uma série de outros instrumentos que você tem que adequar a esse fato. E isso tudo então foi feito. Começou a ser feito. A partir daí nós fomos liberando outras atividades.

S.L. – Você diz assim: "Também na minha gestão os preços dos combustíveis foram flexibilizados." Foi nesse momento?

M.V. – Isso já foi lá no final. Porque isso tinha outras implicações políticas. Tinha que ter um pouco mais de coragem para implementar isso. Porque o preço equalizado era uma conquista, e você mexer com isso foi meio... Convencer as pessoas que tinha que acabar com esse esquema, que ele era fonte de corrupção, isso demorou bastante. Isso foi feito pelo João Santana. O João Santana teve coragem de fazer isso. Eu não estou dizendo que os outros não tiveram – o ministro Ozires não teve nem tempo. Ele teria feito, eu acho que ele não teve tempo. Ele ficou pouco tempo, não é? Mas eu digo mesmo os órgãos de... O Ministério da Fazenda tinha medo que isso fizesse o preço explodir e que afetasse a inflação.

S.L. – Essa flexibilização é potencialmente inflacionária, não é? Tem esse risco, não é?

M.V. – Teria.

S.L. – Teria.

M.V. – Então, nós levamos muito tempo, muito estudo, muito isso, muito aquilo, estuda o impacto assim, estuda o impacto assado. Até que o João Santana resolveu tocar isso para frente, no tempo ainda da Dorothea. No tempo da Dorothea.

S.L. – Depois nós vamos cruzar tudo isso, não é, Regina? Esses tempos de... Porque é a Dorothea no Planejamento...

M.V. – Não, a Dorothea era a chefe da Secretaria de... de Desenvolvimento Econômico?

R.L. – De Preços? Ela lidava...

S.L. – Não, mas ela foi ministra.

R.L. – Sim, mas antes...

S.L. – A Dorothea foi ministra.

M.V. – Nessa época não.

S.L. – Nessa época não. Ela foi ministra do Itamar. Nesse momento, ela era...

R.L. – Ela estava na pasta exatamente de definição de preços, de controle de preços.

M.V. – Era a Secretaria de Economia. Ela que fazia os preços. Ela era a mulher dos preços.

S.L. – E o João Santana...

M.V. – Era o ministro de... de Infra-Estrutura ainda.

S.L. – De Infra-Estrutura ainda.

M.V. – Porque mudou exatamente com o Pratini, na época da...

S.L. – Da composição política, não é?

M.V. – Foi. Vocês até vão falando e aí eu também vou me lembrando.

S.L. – Então, é nesse momento que o preço no Rio é um, no Acre é outro...?

M.V. – Não, aí então começou com esse negócio dos postos. Dos postos fomos passando para outras atividades, fomos desregulamentando e fomos inclusive liberando alguns preços. Por

exemplo, lubrificantes, que também era tabelado, nós liberamos lubrificantes, liberamos solventes... Fomos liberando tudo que fosse de menor impacto. Fomos liberando. Agora, o que nós queríamos liberar mesmo, porque era fonte de corrupção, de fraude, que era o ressarcimento desses fretes, foi o que demorou mais, pelo risco que tinha de causar um impacto muito grande. Por exemplo, na área agrícola. Coisas desse tipo. Aí foi feito isso. Isso já foi em 92. Então, esse resuminho aqui vai falar como é que eram os preços: o que era livre, o que não era.

S.L. – Ah! É interessante isso.

M.V. – As premissas, como era um sistema equalizado, os impactos que nós tínhamos estudado. Então, quando nós desequalizamos, na verdade, o que nós fizemos? Paramos de pagar o frete de entrega da base de distribuição ao posto, que era onde havia mais fraude. Porque os fretes até a distribuidora, ou eles eram feitos em navios da Petrobras ou rede ferroviária ou oleoduto da Petrobras. Todos os três absolutamente controláveis. Tinha também o transporte rodoviário, mas esses dependiam de prévia autorização nessas reuniões do controle de abastecimento. Então, o ressarcimento...

S.L. – Também era controlável.

M.V. – Também era controlado. E também era muito pouco e era só naquela área, Brasília... Alguma coisa que saía de São Paulo para o Centro-Oeste e Brasília que os trens não eram suficientes...

S.L. – Para atender essa demanda.

M.V. – Para atender essa demanda. Então, era tudo absolutamente controlado. Onde se perdia o controle era da base de distribuição para o posto. Aí, realmente não tinha como controlar. Você tinha 25 mil postos. O caminhão saía daqui para entregar em 50 quilômetros, mas ele podia sair com uma nota para 200 e entregar aqui. Então, não tinha controle em 25 mil postos ou, sei lá, 30 mil postos.

S.L. – E esse que é o frete de entrega?

M.V. – Esse que é o frete de entrega.

S.L. – E isso era o CNP com aquele dinheiro da...

M.V. – Exatamente.

S.L. – É aquela história que você contou antes.

M.V. – É aquela história, que estava dentro da estrutura.

S.L. – É, isso é realmente uma coisa que dava margem a tudo, não é?

M.V. – E você não tinha como comprovar. Você não conseguia comprovar a entrega. Então, tirando esse frete de entrega das bases para frente, nós fomos vendo... Aqui você tem os impactos. Na gasolina era muito pequeno. Quer dizer, chegava a 13% o impacto de positivo, mas só em três municípios. Quer dizer, na maior parte dos municípios o preço caía. Isso, na gasolina. Para o diesel já não era assim. Para o diesel o impacto era grande. Então, para o diesel nós tivemos que ir implantando isso gradualmente. Em seis meses nós fomos implantando isso. Quer dizer, manteve ainda um ressarcimento, que foi decrescente ao longo de seis meses e depois acabou. Mas antes de chegar a essa desigualização nós também já tínhamos flexibilizado, fixando margens máximas.

S.L. – Máximas.

M.V. – É, a margem do revendedor, margem do distribuidor. Em vez de dizer a margem é essa, a margem máxima é essa. Se ele quiser dar desconto, pode dar desconto.

S.L. – Então, com isso...

M.V. – Pode dar desconto. Então, essas coisas foram todas sendo gradualmente feitas. Faz

isso, olha como é que está, deu problema, não deu problema, então vamos para o próximo passo. A coisa foi sendo feita assim.

R.L. – Inclusive dá margem a voltar atrás caso necessário, não é?

M.V. – Voltar atrás caso necessário. Fazer com que o dono de posto e o consumidor fossem se ajustando a essa nova modalidade, até chegar ao ponto de poder liberar o preço. Se você fizesse isso de uma vez, eu acho que causaria impactos desagradáveis, entendeu? Então, nós fomos introduzindo a concorrência. Porque não tinha. Com o preço engessado e você determinando quem vai levar o que para onde, ficava muito restrita a coisa. Então, nós fomos introduzindo isso muito devagarzinho para não causar nenhum choque e chegar ao ponto de poder liberar. Então, com isso, as estruturas de preços... As estruturas de preços eram feitas antigamente em computadores de grande porte e você tinha páginas e páginas e páginas, daquela grande, porque você tinha uma linha para cada município e para cada produto. Então, aquilo era uma barbaridade. Antigamente, quando as distribuidoras iam buscar isso no CNP, eu ficava horrorizada. Eles tinham umas... pareciam umas latas assim, com alça e botavam gente no aeroporto tirando, tirando. Depois, evoluiu e passou-se a mandar isso por teleprocessamento. Eu acho que já ia direto. Mas mesmo assim, no *Diário Oficial*, eram páginas e páginas de *Diário Oficial*. Nessa época, com essa coisa aqui, você fazia uma tabelinha com os preços nas bases de distribuição, que eram... Uma tabelinha com o preço na base da distribuição – o preço na base de distribuição era igual em todas elas.

S.L. – Em todas elas.

M.V. – Em todas elas. Uma tabelinha com a margem máxima. Uma tabelinha não, uma informação: a margem máxima do distribuidor, margem máxima do revendedor. Então, aquela estrutura de preços ficou reduzida a duas ou três folhinhas no máximo. Até, nós tínhamos que dar satisfações no Programa de Desregulamentação e dizer qual era a quantidade de papel que estava economizando. Então, eram toneladas de papel. Esse aqui não tem, mas tem outros papéis que tem: "Economizou tanto de papel." Mas realmente era uma barbaridade. E assim foi. Depois nós liberamos também o óleo combustível, que era um produto para a indústria. Então, é um produto que a distribuidora vai negociar com a

indústria. E por que nós temos que ficar fazendo o preço lá? Se essa aqui não fez o preço bom, a outra vai fazer. Então, foi bom, abrimos tudo. Enfim, isso tudo foram os primeiros passos para chegar na ANP.

S.L. – O álcool também estava nessa discussão.

M.V. – Também estava. Então, aí o álcool teve que mudar porque ele passou a ser equalizado na base, e ele era equalizado no posto. Ele passou a ser equalizado na base. Porque até ali nós tínhamos um controle. Dali para frente não tinha mais.

S.L. – Na base de suprimento.

M.V. – Na base de distribuição.

S.L. – De distribuição.

M.V. – É. Então foi assim. Foram os primeiros passos liberalizantes, até se chegar ao que hoje é a ANP. Demorou bastante esse processo. Eu acho que na minha gestão nós aceleramos muito. Os que vieram depois foram mais...

S.L. – Porque o governo Itamar foi o freio de todo esse processo de privatização e...

M.V. – Foi o freio. Agora veja, eu não sei se você percebe que, em tudo isso, que eu estou falando só de combustíveis líquidos. Eu não estou falando de GLP.

S.L. – Eu ia te perguntar agora do GLP. Exatamente.

M.V. – O GLP era extremamente difícil. O GLP para mim foi muito difícil. Por quê? A Petrobras não distribuía GLP. Era o único derivado de petróleo que a Petrobras não distribuía. Então, era um mercado que nós não conhecíamos no varejo.

S.L. – Quem distribuía?



M.V. – Várias distribuidoras. Tinha até uma estatal italiana, da ENI, a Liquigás. Era uma estatal da ENI. Tinham várias. Tinha a do Jereissati – da mulher dele, não é? – que era a maior, ela dominava todo o Nordeste e ainda vinha até o Sudeste. Era a maior de todas. Hoje, parece que já não está mais assim, já encolheu. Tinha a Ultragás, que era a mais atuante assim, politicamente atuante. Me parece que era a que tinha...

S.L. – Tinha um *lobby* mais eficiente.

M.V. – Um *lobby* e uma visão também muito mais moderna, não é? Você tinha muitas distribuidoras, mas eu acho que elas podiam ser divididas em três grupos: quatro grandes, que era essa Nortegás, Ultragás, Supergasbrás e Liquibrás, essa da ENI; tinham umas médias e tinham aquelas pequenininhas. Quando você se reunia com eles, era uma loucura! Nunca tinha consenso. O grande tinha uma opinião, o médio tinha uma e o pequeno tinha outra, e sempre aquela choradeira, que é pequeno, que... Então, para começar a tentar abrir, nós começamos pelo problema da requalificação dos botijões. Fizemos um grupo de trabalho para requalificar os botijões, que é um problema.

S.L. – É até hoje?

M.V. – Eu acho que até hoje. Eu não acredito que tenha... Eu não sei. Eu realmente me desliguei, virei a página. Mas eu não acredito que tenha resolvido porque ele é complicado. Bom, na hora de discutir isso até as reuniões ficaram muito difíceis, porque eles não se entendiam. Diferente das distribuidoras de combustíveis alternativos. Quando o Sindicom falava, falava em nome de todas, inclusive da BR. E por outro lado, tinha a experiência da BR, que também não permitia que o Sindicom fosse falar diferente. [riso] E no caso do gás não tinha. Então, qualquer coisa que... E era um produto muito sensível para a dona-de-casa. Então, eu tinha... Às vezes eu queria... Eu tinha realmente os meus receios de mexer profundamente nisso. Comecei a tentar pela requalificação de botijões. Comecei a fazer uns grupos de trabalho para tentar abrir.

S.L. – Esse programa teria como objetivo o quê? Quando você diz "requalificar"...

M.V. – O de requalificação?

S.L. – É. É a questão do volume?

M.V. – O botijão era meu, seu e dela. Então, digamos que eu comprei um botijão da Supergasbrás. Amanhã, ou daqui a um mês, passa um caminhão da Ultragás.

R.L. – Você troca.

M.V. – Ela troca. Então, o botijão não é de ninguém. Eles vão ficando... vão se deteriorando e vão tendo problemas de segurança...

R.L. – De vazamento de válvula.

M.V. – E ninguém é dono para consertar.

S.L. – Ninguém responde por isso, não é?

M.V. – Ninguém responde por isso. Aí as distribuidoras mais novas diziam: "Não, mas eu, para entrar, eu tive que comprar botijões novos. Não é justo que eu tenha que consertar o das velhas." E essa briga. Era um imbróglio ali que nós não conseguíamos sair. E realmente os botijões estavam se tornando de alto risco. É isso que ela falou: vazamentos, amassados, furos. Tudo.

R.L. – Ferrugem.

M.V. – Tudo.

R.L. – Você tem ferrugem nas bases.

M.V. – Precisava de um fundo...

S.L. – E ao mesmo tempo, eles têm um preço de venda vazios, não é? É o casco que eles vendem, não é?

M.V. – É, exatamente.

R.L. – Vazios. É como o casco da cerveja, não é? É mais ou menos isso.

M.V. – Então, o que eu fiz? Eu me ative àquilo que para mim era mais tranquilo fazer, e deixando o GLP por último. E, enquanto eu deixava ele por último, tentando abrir as caixas-pretas. Mas não tive tempo de fazer o GLP.

S.L. – Agora, a Petrobras é monopólio no fornecimento do gás...

M.V. – A Petrobras é monopólio no... Era monopólio no refino e na importação. Na distribuição não.

S.L. – Eu sei, mas onde esses três grupos de empresas que faziam a distribuição final do gás liquefeito... Eram bases de provimento da própria Petrobras.

M.V. – Não, elas tiravam das refinarias da Petrobras ou dos terminais marítimos e levavam o gás, em grande quantidade, para suas bases de... estações de engarrafamento. Lá elas tinham que ter os seus tanques menores, para receber da Petrobras e engarrafar os botijões. Encher os botijões.

S.L. – Eu imagino que essas grandes empresas tinham até essa infra-estrutura para fazer isso – as grandes, não é? –, elas iam direto à fonte.

M.V. – É, mas as outras também tinham porque era obrigatório. Dentro das regulamentações, era obrigatório ter a base junto à refinaria ou no porto, para receber direto dos navios ou dos...

S.L. – Ou da própria...

M.V. – Ou da Petrobras. Isso era obrigatório. Sendo que às vezes, quando elas não tinham, elas operavam em *pool*. Por exemplo, tinha algumas bases que eram operadas em *pool*. Elas se reuniam e aquela base era de todas. Agora, tinha briga no mercado. Estava entrando outra, "essa aqui eu não deixo entrar". Essas coisas, porque são assim. É muito difícil.

S.L. – Do capitalismo, não é?

M.V. – É, muito difícil. Nessa área é muito difícil pelo desnível dos empresários.

R.L. – É aquela coisa assim, eu vendo a água mineral e aí condiciono também o botijão a não sei quantas garrafas de água mineral, não é?

M.V. – Então, eu não consegui avançar no GLP, não. O máximo que eu consegui fazer no GLP, mas que já ficou para o outro, eu não tive tempo também de implantar, porque também esses fretes... Se era difícil controlar para as grandes distribuidoras, para o GLP era pior ainda. Porque tinha transporte em botijão de 13 quilos, transporte em cilindro, transporte a granel, não sei quantos mil depósitos espalhados por esse Brasil todo. Muito difícil. Impossível o controle disso.

S.L. – E você com poucos fiscais porque os fiscais...

R.L. – Não, sem fiscais. Porque ela teve que demitir para fazer...

M.V. – Mas mesmo... Não tinha condições de fazer isso.

S.L. – Mesmo se tivesse muitos?

M.V. – Não tinha.

S.L. – Você teria que ter um exército de fiscais, não é?

M.V. – Um exército.

S.L. – Um exército. Milhares.

M.V. – Milhares. Você não podia. Em 60 mil estabelecimentos, você não tinha como, entendeu? Não tem. E pela nota fiscal você não comprovava nada. Porque ele emite a nota fiscal para lá e entrega aqui. Depois da desigualização eles continuaram, por causa do ICM. Acabou a equalização, mas como tinha ICMs diferenciados... Esse ICM é um problema. Eu não sei... Eu já ouvi falando que vai até acabar com isso mesmo. Você tinha um interestadual. Então, se eu peço para São Paulo, tirando do Rio, eu pago o ICM interestadual. Eu entrego aqui. Eu dou uma voltinha com o caminhão e entrego aqui. Então, isso aconteceu... Sabe, é muito complicado. E no GLP então, o máximo que eu consegui fazer foi um programa que dava o consumo *per capita*. Pelo consumo *per capita* você podia dizer em que lugar estava tendo desvio. Mas aí você teria que baixar com o exército de fiscais para ver... Para comprovar aquilo, não é? Aquilo só deu uma indicação.

S.L. – Quer dizer, a suspeita a ser confirmada, não é?

M.V. – É. Então, esse programa ficou pronto poucos dias antes de eu sair. Também ficou para o meu sucessor. E eu acho que ele acabou logo com esse ressarcimento. Quando ele viu o resultado, eu acho que ele acabou com isso.

S.L. – Que já era o governo Itamar, não é?

M.V. – Era o governo Itamar.

S.L. – Porque isso que você falou realmente é muito importante. Quer dizer, a política inaugurada pelo Collor foi sustada de alguma maneira. Não houve uma volta atrás propriamente...

M.V. – Mas não avançou.

S.L. – ...mas não houve nenhum avanço no governo Itamar.

M.V. – O avanço foi pequeno. Ainda teve algumas coisinhas.

S.L. – Ainda teve uma ou outra privatização, mas não houve... Então, o DNC fica ali, nesse banho-maria, não é? Atinando ali... Quer dizer, foi na tua gestão – eu estou deduzindo, porque nós não vamos poder registrar os teus sucessores...

M.V. – Você entrevistou o Motoky. O Motoky foi meu sucessor.

S.L. – O Motoky. Nós tentamos contatos com vários deles e foi difícil. Tem um que mora em Minas, dentro de uma fazenda... Eu não estou me lembrando dos nomes agora...

R.L. – O Marcelo... Guimarães eu acho. Pode ser?

S.L. – Porque houve muita gente. Você e o último...

M.V. – O último foi o Ricardo?

S.L. – O Ricardo.

M.V. – O Ricardo foi o meu contemporâneo no Dnaee. Quando eu era DNC ele era Dnaee.

S.L. – Depois ele foi para o...

M.V. – Ministério da Fazenda, não é? Eu acho que ele foi o segundo lá da Dorothea.

S.L. – É, porque ele tem...

R.L. – Tem um que eu consegui localizar...

M.V. – Ele era do setor elétrico.

S.L. – Ele era do setor elétrico, é?

M.V. – Ele era o diretor do Dnaee quando eu era a diretora do DNC. Ricardo Pinto Pinheiro.

S.L. – Isso. Eu acho que ele tem um homônimo. Porque a Regina encontrou alguém, por internet, mas não estava batendo, não é? Não estava batendo mesmo.

R.L. – Ele agora é Ministério da Fazenda?

S.L. – Não, ele foi.

M.V. – Ele foi, no tempo da Dorothea. Ele era do setor elétrico. Eu acho que até... Ele era acho que da Eletronorte.

R.L. – Porque eu tinha encontrado que estava no...

S.L. – Ele estava no Ministério da Fazenda, era tipo um terceiro escalão ou um segundo escalão.

M.V. – Não, pode ser. Você sabe como é Brasília. Você já trabalhou em Brasília?

S.L. – Não, nunca trabalhei em Brasília.

M.V. – Eu fiquei assistindo... Bom, passando por cinco ministros... É muito interessante, não é? Quando troca, é um tal de gente batendo na sua porta com currículo procurando um lugar para ficar. É uma loucura aquilo. Então... Mas você pode pegar gente boa ou não, não é?

S.L. – É.

M.V. – Mas é uma loucura aquilo. É uma feira, quando troca o ministro. [risos] E pode ser que o Ricardo tenha parado no terceiro escalão. Sei lá!

S.L. – No Ministério da Fazenda no governo petista, que seria o caso. É hoje. Hoje, seria isso.

M.V. – Ricardo Pinto Pinheiro. É engenheiro. Esse é engenheiro?

R.L. – Assim eu já não me lembro mais.

S.L. – Nós temos isso numa... Mas retomando aquilo que eu estava dizendo, Auxiliadora, é uma dedução que nós provavelmente não vamos ter tempo de checar muito isso. E a ANP...

M.V. – A ANP já entrou com o monopólio quebrado.

S.L. – E ela já vem no governo Fernando Henrique, que é uma outra história, não é? É quando os rumos, definidos de uma forma atabalhoada pelo Collor e sem sustentação política... O Fernando Henrique é o Fernando Henrique, não é? É o professor da Sorbonne, não é?

M.V. – Mas só quis criar o fato, não é? Para depois arrumar. Eu acho que foi meio por aí.

S.L. – É. E aí a coisa fluiu, não é? Aí a ANP é criada, em janeiro de 98. A lei é de 97, a lei que regulamenta, a Lei do Petróleo, é de julho de 97. Agora, ainda houve... Quer dizer, o último diretor do DNC já foi no governo Fernando Henrique, não é? Que foi esse Ricardo.

M.V. – O Ricardo.

S.L. – Eu estava interessado em entrevistá-lo exatamente...

R.L. – Para essa transição.

M.V. – Para a transição da ANP.

S.L. – Exatamente.



M.V. – Você pega as pontas.

S.L. – Pega as pontas: você, com essa transição para o Collor; pegava o Ricardo e depois nós pegaríamos, por questões até do... é a ANP que está nos contratando, nós entrevistariamos os três presidentes da ANP. Entrevistamos hoje de manhã o embaixador Sebastião do Rego Barros, e tem o David Zylbersztajn, que nós estamos ainda tentando...

M.V. – Que eu acho que é o grande... É o genro, não é?

S.L. – É, o genro.

M.V. – Que é o cérebro da ANP. Eu acho que realmente...

S.L. – E ele devia estar meio afinado com o Ricardo. Aí eu estou deduzindo que o Ricardo, o último dirigente do DNC...

M.V. – Já foi trabalhando naquela...

R.L. – Nessa direção, não é?

S.L. – É uma dedução meio óbvia, não é? Então, por isso seria interessante talvez até você insistir um pouco – não é, Regina? – no Ricardo.

M.V. – Então, esse processo durou oito anos, não é? Oito anos. Esse, de mim até lá, oito anos.

S.L. – Sim, porque ele foi... durante dois anos ele teve um ritmo, no governo Itamar há essa segurada... Isso, no petróleo e em todos os outros, não é? É uma coisa comum a...

R.L. – É.

S.L. – E depois, com o Fernando Henrique, a coisa... Até chegar nessas agências. Estão todas aí, até a saúde, não é? Tanto o setor de infra-estrutura...

R.L. – Energia elétrica, saúde...

M.V. – Algumas funcionando muito bem, outras nem tanto.

S.L. – E outras não. Enfim... Mas eu não sei. Regina, você tem mais alguma coisa...

R.L. – Não, por mim...

S.L. – ...para perguntar à Dora?

[FINAL DO DEPOIMENTO]